

TERMO DE RESPONSABILIDADE E REQUERIMENTO DE REGISTRO

Requeiro ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas o registro da presente documentação da

Pessoa Jurídica: **MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO - MFC**

Matrícula da PJ¹: **8124**

CNPJ*: **87.036.836/0001-24**

Reconheço como verdadeiras todas as informações constantes neste documento, inclusive a autenticidade das assinaturas, sob pena de nulidade do ato, assumindo responsabilidade pessoal nos termos do **art. 14 da Lei 13874/19** e **art. 6º §4º do Provimento 62/2018 CGJ publicado no DOJERJ de 20/12/18 pag. 42.**

Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 2022.

BRUNO VIDAL
SOUSA DE
CAMARGO BARROS

Assinado de forma digital por
BRUNO VIDAL SOUSA DE
CAMARGO BARROS
Dados: 2022.09.27 16:40:03 -03'00'

Bruno Vidal Sousa de Camargo Barros – OAB/SP 274.921

- (1) – Em casos de Constituição deixar o preenchimento em branco.
(2) – Incluir a identificação e qualificação da Pessoa que está assinando.

Conselho Diretor Nacional – CONDIN
Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão



1

ILMO. SR. OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO - MFC, entidade sem fins lucrativos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Goiás, 132 – Bairro Engenho de Dentro – CEP: 20756-120, inscrito no CNPJ sob nº **87.036.836/0001-24**, com estatuto social devidamente registrado sob a **matrícula n.º 8124**, neste ato representado por seus Coordenadores nacionais **Rubens Oliveira Carvalho**, brasileiro, casado, geógrafo, portador do RG nº 01.886.597-65/BA, inscrito no CPF/MF nº 338.957.325-91 e sua esposa **Rosana de Andrade Neves**, brasileira, casada, historiadora, portadora do RG nº 03.262.470-09/BA, inscrita no CPF/MF nº 386.726.505-49, ambos residentes e domiciliados no Parque Residencial Vitória – Rua C – Casa 09 – bairro Candeias – Vitória da Conquista/BA, vem **REQUERER** o registro da Ata da Assembleia Geral de eleição e posse para o triênio 2022/2025, bem como, registro das alterações estatutárias.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Vitória da Conquista, 27 de setembro de 2022.

Rubens Oliveira Carvalho
Coordenador nacional MFC
RG 01.886.597-65-SSP/BA
CPF 338.957.325-91

Rosana de Andrade Neves
Coordenador nacional MFC
RG 03.262.470-09-SSP/BA
CPF 386.726.505-49

Elaine Cristina dos Santos Pontes
Secretária
RG 24.988.197-4-SSP/SP
CPF 197.278.068-99



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: CQWGB-UUFGP-6RZCC-KU6CD

O presente documento pode conter assinaturas não ICP Brasil.

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

Rubens Oliveira Carvalho (CPF 338.957.325-91)

Rosana de Andrade Neves (CPF 386.726.505-49)

Elaine Cristina Santos Pontes (CPF 197.278.068-99)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/CQWGB-UUFGP-6RZCC-KU6CD>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>



Conselho Diretor Nacional – CONDIRN

Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão

ANEXO IV

ESTATUTO DO MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO ALTERADO PELA Assembleia Geral Nacional realizada nos dias 24 a 28 de julho de 2022 na cidade de Rio Grande/RS.

CAPÍTULO I

Da denominação, da sede, dos fins e da duração

Artigo 1º. O MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO – MFC é uma associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, de natureza laica, ecumênica e de âmbito nacional, fundado sob a inspiração de Padre Pedro Richards, OP, que o expandiu graças ao carisma dos casais Soneira, Gelsi e Gallinaí, inscrita no CNPJ sob o nº. 087.036.836/0001-24, declarada de Utilidade Pública Federal, pelo Decreto nº 1.400 de 26 de setembro de 1962, publicado no Diário Oficial da União em 03 de outubro de 1962, tendo o seu Estatuto original devidamente registrado no Livro “A” nº 5 do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1960, sob o nº de ordem 8.124, e registrada alteração posterior em 13 de outubro de 1995 sob nº 144021, no livro 56 do mesmo Cartório.

Parágrafo único: O MFC é filiado à Confederação Internacional de Movimentos Familiares Cristãos (CIMFC), nela representado pelo Secretariado para Latino América (SPLA-MFC) do Movimento Familiar Cristão Latino-Americano, e ao Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), na condição de movimento de natureza laica e inspiração cristã.

Artigo 2º. O MFC tem o seu domicílio fiscal e foro jurídico na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Goiás nº 132, bairro Engenho de Dentro, e uma Secretaria Geral, na cidade onde for (em) domiciliado (s) o (s) Coordenador (es) do Conselho Diretor Nacional (CONDIRN), cujas atribuições serão definidas no Regimento Interno.

Artigo 3º. O MFC tem por finalidade:

- desenvolver ações visando à humanização, à evangelização, à promoção de valores humanos e cristãos de pessoas e famílias, capacitando as famílias para que possam cumprir a sua missão de formadoras de pessoas, educadoras na fé e promotoras do bem comum.
- promover programas e atividades assistenciais e de promoção humana para pessoas e famílias, especialmente focadas nas crianças, adolescentes e idosos carentes, para o atendimento de suas necessidades de alimentação, nutrição, saúde e instrução, propiciando orientação para a sua inserção cidadã na sociedade e no mercado de trabalho.
- promover ações de qualquer natureza em defesa da preservação ambiental.

Parágrafo 1º: O MFC não distribui bonificações, remunerações ou quaisquer outros benefícios financeiros a seus membros, ainda que exerçam função de coordenação, e as eventuais sobras em sua gestão financeira serão aplicadas exclusivamente na consecução dos objetivos da entidade, no território nacional.

Parágrafo 2º: Fica proibido, nas atividades do MFC, qualquer tipo de discriminação política, religiosa, racial ou de qualquer outra natureza, bem como vedadas manifestações político-partidárias.

Artigo 4º. O prazo de duração do MFC é indeterminado.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Artigo 5º. São associados da entidade e assim denominados:

- membros Fundadores: as pessoas que subscreveram o Estatuto original, referido no Artigo 1º.
- membros Efetivos: todas as pessoas que, aceitando seus objetivos, ao mesmo se fizerem filiados ou forem como tal admitidos, na forma prevista no Regimento Interno, congregadas em Equipes-Base que constituem a unidade funcional da entidade, definida nos termos do Regimento Interno quanto as suas funções, direitos e obrigações.



Conselho Diretor Nacional – CONDIR

Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão

c) membros Colaboradores: aquelas pessoas que, tendo participado, mas não mais congregadas em suas Equipes-Base, desejam continuar colaborando, para a manutenção e realização dos objetivos do MFC.

Parágrafo 1º: A unidade funcional do MFC é a Equipe-Base, conjunto de pessoas que unem seus esforços de forma coordenada para alcançar os objetivos do MFC, buscando tornar-se uma comunidade aberta, fraterna e solidária, num clima de crescimento e conversão pessoal e grupal, em que todos propiciam e desfrutam.

Parágrafo 2º: As Equipes-Base, constituídas na forma indicada no parágrafo anterior, podem ser integrada por um Assessor Eclesiástico, nela exercendo o ministério que lhe é próprio.

Parágrafo 3º: Os Membros Fundadores e Efetivos tem iguais direitos e deveres perante o MFC, e não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Artigo 6º. Será desfilado o associado que o solicitar formalmente e igualmente o que descumprir os deveres constantes no Artigo 8º.

Parágrafo 1º: Para o fim desligamento será designada uma comissão de sindicância pela Equipe Central Estadual – ECE, formada por no mínimo 3 (três) associados, a qual, após oitiva do associado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para elaborar parecer fundamentado sobre a situação que será encaminhado para a ECE. Esta, então, decidirá pelo desligamento ou não.

Parágrafo 2º: A decisão que desligar o associado caberá recurso para o CONDIR respectivo.

CAPÍTULO III

Dos direitos e deveres dos associados

Artigo 7º. São direitos dos associados do MFC:

- frequentar a sede e instalações;
- usufruir dos serviços oferecidos;
- participar das Assembléias;
- manifestar-se sobre os atos, decisões e atividades;
- direito de votar e ser votado.

Artigo 8º. São deveres dos associados do MFC:

- acatar as decisões da Assembléia Geral;
- atender aos objetivos;
- zelar pelo bom nome do Movimento;
- participar de suas atividades;
- manter-se em dia com a sua contribuição financeira para a manutenção do Movimento.

Capítulo IV

Dos órgãos de coordenação em âmbito de Cidade e de Estado

Artigo 9º. São órgãos de coordenação do MFC, em âmbito de Cidade:

- conselho de Cidade (CC), integrado pelos Coordenadores de Equipes-Base e o (s) coordenador (es) de cidade;
- equipe de Coordenação de Cidade – (ECC), eleita por voto direto dos Membros do MFC integrados em suas Equipes-Base, na forma estabelecida no Regimento Interno, sendo um dos seus integrantes, pessoa ou casal, designado Coordenador de Cidade.

Artigo 10. São órgãos de Coordenação do MFC em âmbito de Estado:

- conselho Estadual (CE), integrado pelos Coordenadores de Cidades (ECC) do respectivo Estado e o (s) coordenador (es) de estado;
- equipe de Coordenação do Estado (ECE), eleita na forma estabelecida no Regimento Interno, sendo um de seus integrantes, pessoa ou casal, designado Coordenador Estadual.

Parágrafo único:

- nas deliberações do Conselho Estadual, o voto é individual e pessoal, cabendo dois votos para cada Coordenação de Cidade e dois votos para a Coordenação Estadual se esta for composta por casal. Em caso de empate o voto de Minerva é atribuído ao mais idoso (a) dos participantes do órgão colegiado.
- os membros dos Conselhos Estaduais (CE) poderão se fazer acompanhar de assessores com direito a voz, porém sem direito a voto;





Conselho Diretor Nacional – CONDIR

Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão

Artigo 11. As Equipes de Coordenação de Cidade (ECC) e Estado (ECE) serão eleitas de forma direta pelos membros efetivos e fundadores atuantes nos respectivos âmbitos geográficos, conforme estabeleça o Regimento Interno.

CAPÍTULO V

Dos órgãos de coordenação em âmbito regional

Artigo 12. A coordenação regional do MFC é exercida pelo Conselho Diretor Regional (CONDIR), cuja estruturação será disposta pelo Regimento Interno.

Artigo 13. A coordenação regional do MFC é exercida pelo Conselho Diretor Regional (CONDIR) que é constituído por:

- a) coordenadores regionais;
- b) vice coordenadores regionais;
- c) coordenadores estaduais;
- d) vice coordenadores estaduais;
- e) coordenadores regionais da gestão anterior;
- f) assessor eclesiástico;

Parágrafo 1º - Nas deliberações do CONDIR, o voto é individual e pessoal, cabendo dois votos para cada Coordenação Estadual e dois votos para a Coordenação Regional se esta for composta por um casal. Nos casos em que os coordenadores regionais ou estaduais não puderem comparecer a AGN, os vices-coordenadores poderão representá-los e votar em seu lugar. Em caso de empate o voto de Minerva é atribuído ao mais idoso (a) dos participantes do órgão

Parágrafo 2º: Os integrantes do Conselho Diretor Regional – CONDIR, poderão se fazer acompanhar de assessores com direito a voz, porém, sem direito a voto

Artigo 14. Compete ao Conselho Diretor Regional.

- a) coordenar as atividades do MFC na Região correspondente;
- b) promover a expansão do MFC nos Estados da Região;
- c) promover atividades, programas e eventos de âmbito regional;
- d) constituir Secretariados Regionais, definindo suas atribuições e áreas de atuação;
- e) apoiar, incentivar e colaborar com as Equipes de Coordenação Estaduais da Região, para a realização de suas atividades, e
- f) promover o processo eleitoral no âmbito da Região, na forma estabelecida no Regimento Interno.

Parágrafo único: Compete Coordenador do Conselho Diretor Regional:

– Participar do Conselho Diretor Nacional.

CAPÍTULO VI

Dos órgãos de Gestão Nacional

Artigo 15. São órgãos de gestão do MFC, em âmbito nacional:

- a) assembleia Geral Nacional – AGN e
- b) conselho Diretor Nacional – CONDIR.

Seção I

Do Conselho Diretor Nacional – CONDIR

Artigo 16. O Conselho Diretor Nacional – CONDIR, cujo mandato é de 3 (três) anos, é constituído por:

- a) coordenadores Nacionais e de seus vices;
- a) coordenadores Regionais;
- b) coordenadores Nacionais da gestão anterior.

Parágrafo 1º Nas deliberações do Conselho Diretor Nacional - CONDIR, o voto é individual e pessoal, cabendo dois votos para cada Coordenação Regional e dois votos para a Coordenação Nacional se esta for composta



Conselho Diretor Nacional – CONDIN

Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão

por um casal. Em caso de empate o voto de Minerva é atribuído ao mais idoso (a) dos participantes do órgão colegiado.

Parágrafo 2º: Os integrantes do Conselho Diretor Nacional – CONDIN poderão se fazer acompanhar de assessores com direito a voz, apenas.

Parágrafo 3º Em caso de eventual vacância no cargo de Coordenador Nacional o mesmo será ocupado pelos Vice Coordenadores até o término da gestão.

Parágrafo 4º Exceto o cargo de Coordenação Nacional, em caso de eventual vacância nos demais cargos do Conselho Diretor Nacional, poderão ser eleitos pelo próprio Conselho os seus substitutos, em caráter provisório, até sua homologação pela AGN, admitida, para esse fim, a consulta e voto por correspondência.

Artigo 17. Compete ao Conselho Diretor Nacional – CONDIN:

- cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- exercer, como colegiado, a coordenação geral das atividades do MFC, assegurando a sua unidade, sem prejuízo da diversidade de atuação que considere as peculiaridades regionais;
- elaborar e aprovar o Regimento Interno;
- firmar convênios com entidades públicas e privadas para a realização dos objetivos do MFC;
- exercer a gestão financeira e contábil da entidade e fazer cumprir as obrigações fiscais pertinentes;

Parágrafo 1º: Compete ao Coordenador Nacional:

- convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral Nacional (AGN),
- constituir Secretariados Nacionais, definindo suas atribuições e áreas de atuação, bem como, estimulando as ações dos secretariados nacionais conforme decisão do Conselho Diretor Nacional (CONDIN),
- outorgar procurações aos demais membros do CONDIN e a terceiros com poderes para abertura e movimentação de contas bancária, se e somente se, estes terceiros fizerem parte das coordenações de cidade, estado e regional,
- representar o MFC nos organismos internacionais a que o MFC está vinculado, especialmente na Confederação Internacional de Movimientos Familiares Cristianos (CIMFC), e Secretariado para Latino- América (SPLA), e nos demais organismos civis e eclesiais de que participe

Parágrafo 2º: O MFC é representado ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, pelo Coordenador Nacional.

Artigo 18. A Assembleia Geral Nacional (AGN) é constituída por:

- coordenadores Estaduais;
- coordenadores Regionais;
- coordenadores Nacionais;
- coordenadores Nacionais, da gestão anterior;
- assessor Eclesiástico do Conselho Diretor Nacional.
- um representante Jovem indicado pelo SENJOV

Parágrafo 1º Os integrantes da Assembleia Geral Nacional (AGN) têm direito a voz, cabendo o direito de voto somente aos Coordenadores Nacionais, Regionais, Estaduais, cada um dos quais com direito a dois votos, e um representante Jovem indicado pelo SENJOV, com direito a 01 (um) voto, sendo assegurado o direito a voz a todos os integrantes da AGN.

Parágrafo 2º: É facultado aos integrantes da Assembleia Geral Nacional – AGN, se fizerem acompanhar às reuniões de tantos assessores quantos se tornarem necessários, apenas com direito a voz.

Parágrafo 3º - O voto na Assembleia Geral será presencial e individual, sem direito a outorgar procuração.

Artigo 19. As deliberações da Assembleia Geral Nacional – AGN serão tomadas por maioria simples de votos, colhidos em reunião ordinária ou extraordinária, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 20.

Parágrafo 1º: A reunião da Assembleia Geral Nacional – AGN será presidida pela Coordenação Nacional da gestão anterior ou seu representante legal, a quem caberá, em caso de empate, o voto



Conselho Diretor Nacional – CONDIN

Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão

de minerva. Se a coordenação couber a um casal e estes tiverem divergência de opinião, o voto de Minerva será atribuído ao mais idoso entre eles.

Parágrafo 2º: A Assembleia Geral Nacional se reunirá ordinariamente a cada 03 (três) anos, coincidindo com a realização do Encontro Nacional (ENA), nos meses de junho ou julho, e, extraordinariamente, sempre que julgado necessário, por decisão do CONDIN ou a requerimento de 1/5 (um quinto) dos seus membros, com direito a voto.

Artigo 20. Compete a Assembleia Geral:

- a) eleger o (s) Coordenador (es) e **Vice Coordenador (es)** Nacional (is), cujo mandato será de 03 (três) anos, sempre iniciando no dia 1º de janeiro do ano seguinte
- b) eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, cujo, mandato será de 03 (três) anos, sempre iniciando no dia 1º de janeiro do ano seguinte
- c) aprovar planos e programas de trabalho do CONDIN;
- d) aprovar as contas e o relatório final de gestão do CONDIN;
- e) alterar ou reformular o estatuto;
- f) deliberar sobre alienação, **doação, oneração** ou venda de bens móveis e imóveis que integram o patrimônio do MFC;
- g) deliberar sobre a extinção do MFC e **destinação de seus bens**;
- h) deliberar sobre a **cidade que sediará o Encontro Nacional (ENA) do MF**;
- i) decidir sobre qualquer matéria não prevista expressamente no estatuto, apresentada na AGN, para deliberação.

Parágrafo 1º: Para deliberar sobre alterações do Estatuto, extinção do MFC e destinação de seus bens, serão necessárias a presença e o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos membros integrantes da AGN, com direito a voto.

Parágrafo 2º: Para a aprovação de planos e programas de trabalho, ou para a homologação referida no parágrafo 4º do Art. 16, será a admitida consulta e votação por correspondência.

Artigo 21. A convocação das reuniões da Assembleia Geral Nacional será feita por correspondência, expedida pelo Coordenador Nacional com anuência do Conselho Diretor Nacional (CONDIN), com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, complementada por aviso publicado no órgão de divulgação do MFC de âmbito nacional.

Artigo 22. As reuniões da Assembleia Geral Nacional deverão ser instaladas, em primeira convocação com, no mínimo, a metade dos seus membros, em pleno gozo dos seus direitos, e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de seus integrantes.

Parágrafo único: A reunião da Assembleia, uma vez instalada, poderá ser prorrogada para outra data, sem a necessidade de nova convocação, desde que aprovada pelos presentes.

Artigo 23. Na carta de convocação da Assembleia Geral deverá conter:

- a) data e horário da reunião;
- b) local, com endereço completo, e
- c) pauta da reunião.

Artigo 24. No início das reuniões da Assembleia Geral, deverá ser submetida aos presentes a aprovação da pauta e disponibilizada a lista dos seus membros com direito de voto, inclusive, com a indicação de estarem em dia com as suas obrigações financeiras.

Artigo 25. As reuniões da Assembleia Geral serão abertas à participação dos membros do MFC, sem quaisquer restrições, inclusive com direito de manifestação, mas sem direito de voto.

CAPÍTULO VII

Do Conselho fiscal

Artigo 26. O Conselho Fiscal será composto por 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral Nacional, sendo 5 (cinco) Membros Titulares e 5 (cinco) Suplentes, com mandato de 03 (três) anos, com direito à reeleição, e sendo composto de:

- a) presidente;
- b) primeiro Vice-Presidente;
- c) segundo Vice-Presidente;
- d) primeiro Secretário e



Conselho Diretor Nacional – CONDIN

Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão

e) segundo Secretário.

Parágrafo 1º: Para eleição dos membros do Conselho Fiscal, cada CONDIR indicará no mínimo 2 (dois) candidatos, que concorrerão ao cargo, ficando o primeiro mais votado como titular e o segundo como suplente.

Parágrafo 2º: No mesmo dia e local da realização da Assembleia geral Nacional, será realizada uma reunião do Conselho Fiscal, recém-eleito, com a finalidade de eleger entre seus membros a ocupação dos cargos, conforme o “caput” deste artigo.

Parágrafo 3º: A competência dos membros do Conselho Fiscal será disciplinada no Regimento Interno do MFC.

Artigo 27. Cabe ao Conselho Fiscal, para dirimir dúvidas, contratar serviços de terceiros para realizar auditorias e fornecer relatórios de avaliação dos programas e projetos.

Parágrafo único: No caso de eventual vacância nos cargos do Conselho Fiscal, serão eleitos pelo próprio Conselho seus substitutos, em caráter provisório, até sua homologação pela AGN, admitida, para esse fim, a consulta e voto por correspondência.

CAPÍTULO VIII

Do patrimônio e da extinção da entidade

Artigo 28. O patrimônio do MFC Nacional é constituído pelos bens de raiz, devidamente identificados em escritura pública, que vier a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus, e por contribuições, donativos, doações, subvenções e rendas que venha a ter, como indicado neste estatuto.

Artigo 29. Em caso de extinção do MFC, seu patrimônio será destinado à entidade congênere, de fins filantrópicos, comprometida com os valores humanos e cristãos, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e que atenda às determinações da Lei 9.790/99.

CAPÍTULO IX

Da receita e sua destinação

Artigo 30. Constituem receitas do MFC;

- contribuições de sócios;
- legados, doações, contribuições e subvenções de pessoas físicas e jurídicas;
- auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas, ou diretamente de órgãos da administração direta ou autarquias da União, Estados e Municípios;
- produtos de operação de crédito, internas e externas, para financiamento de suas atividades;
- rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;
- captação de renúncia e incentivo fiscal;
- direitos autorais.

Parágrafo único: As eventuais verbas de subvenções, dotações orçamentárias ou quaisquer recursos recebidos dos poderes públicos federal, estadual e municipal ou do Distrito Federal, não poderão ser destinados ao pagamento de pessoal.

Artigo 31. A contratação de empréstimos financeiros contraídos junto a bancos ou particulares, que venham onerar o patrimônio do MFC, dependerá de aprovação prévia do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor Nacional (CONDIN).

Artigo 32. Os CONDIR's poderão manter registros e controles independentes da sua contabilidade, devendo os mesmos ser conciliados mensalmente, e repassados até o décimo (10º) dia do mês subsequente, para a contabilidade geral do MFC.

CAPÍTULO X

Das disposições gerais e transitórias

Artigo 33. O exercício financeiro e fiscal do MFC coincidirá com o ano civil.

Artigo 34. As coordenações regionais, estaduais e municipais poderão adquirir personalidade jurídica própria, para atuação no âmbito geográfico correspondente, com a mesma denominação da entidade acrescida do nome da região, estado ou município, observando os seguintes requisitos:

- prévia aprovação de seus estatutos e suas alterações pelo Conselho Diretor Nacional – CONDIN.
- identidade de objetivos e subordinação ao que estipula este estatuto do MFC de âmbito nacional quanto aos órgãos de coordenação regional, estadual e municipal.



COORDENAÇÃO NACIONAL DO MFC: 2019-2022



Conselho Diretor Nacional – CONDIN

Coordenação Nacional do Movimento Familiar Cristão

- c) autonomia e independência jurídica, fiscal e financeira em relação ao MFC de âmbito nacional.
- d) contribuir financeiramente, com os órgãos de administração superiores conforme determinações Regulamentares
- e) remeter ao CONDIN, anualmente; Balanço Patrimonial, cópias da Declaração de Rendias, se for o caso, cópia do Certificado de Utilidade Pública.

Artigo 35. Para fins de estruturação dos Conselhos Diretores Regionais (CONDIR), ficam assim definidos os limites geográficos das Regiões sob sua coordenação:

Região Norte: AC, AM, RO, RR, PA, AP, MA;

Região Nordeste: PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA;

Região Centro-Oeste: MT, MS, GO, TO, DF;

Região Sudeste: MG, ES, RJ, SP;

Região Sul: PR, SC, RS.

Parágrafo único: As Regiões e seus limites geográficos poderão ser modificados em qualquer tempo pela AGN, mediante aditamento ao presente estatuto.

Artigo 36. Em caso de constatação de desvios na conduta ética de sócio ou mau uso do nome da instituição. As Coordenações, em seus âmbitos de ação (nacional, regional, estadual ou de cidade), poderão propor a instauração de comissão de sindicância formada por sócios, com o mínimo de 05 (cinco) e máximo de 07 (sete) membros, sempre em número ímpar, para análise da situação e elaboração de parecer para decisão administrativa.

Parágrafo único: A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a sua constituição, para apresentação dos pareceres, podendo ser prorrogável por igual período, se necessário.

Artigo 37. O Regimento Interno do MFC, com as especificações que se tornarem necessárias à sua aplicação, deverá ser elaborado e aprovado pelo Conselho Diretor Nacional (CONDIN), “*ad-referendum*” da Assembleia Geral Nacional (AGN), dentro de noventa e 180 dias, a partir da data de registro deste Estatuto, admitida consulta e votação por correspondência.

Artigo 38. Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Diretor Nacional (CONDIN), observadas as normas legais vigentes.

Artigo 39. O presente Estatuto, aprovado pela Assembleia Geral Nacional, em sua reunião de 24 a 28 de julho de 2022, subscrito pelo Presidente e Secretários da Assembleia Geral, entrará em vigor, na data de seu registro no Cartório competente, devendo ser cientificado deste ato os Conselhos Diretores Regionais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a sua efetivação.

Rio Grande, 28 de julho de 2022.

Rubens Oliveira Carvalho
Presidente da AGN
RG 01.886.597-65-SSP/BA
CPF 338.957.325-91

Rosana de Andrade Neves
Presidente da AGN
RG 03.262.470-09-SSP/BA
CPF 386.726.505-49

Elaine Cristina dos Santos Pontes
Secretário da AGN
RG 24.988.197-4-SSP/SP
CPF 197.278.068-99



Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO
Matr. 8124


202208301147455 12/01/2023

Emol: 196,29 Tributo: 66,73 Reemb.: 4.4

Selo: EEFT 09494 KFN

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Verifique autenticidade em rcpjrj.com.br ou pelo QRCode ao lado


Rodolfo P. de Moraes
Oficial

